

ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

2017 – Estado da Questão



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins
Design gráfico: Flatland Design

Produção: Greca – Artes Gráficas, Lda.
Tiragem: 500 exemplares
Depósito Legal: 433460/17
ISBN: 978-972-9451-71-3

Associação dos Arqueólogos Portugueses
Lisboa, 2017

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Desenho de capa:

Levantamento topográfico de Vila Nova de São Pedro (J. M. Arnaud e J. L. Gonçalves, 1990). O desenho foi retirado do artigo 48 (p. 591).

Patrocinador oficial


ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES


MUSEU
ARQUEOLÓGICO
DO CARMO


LISBOA
UNIVERSIDADE
DE LISBOA


LETRAS
LISBOA


FACULDADE DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA


FUNDAÇÃO
MILLENNIUM
BCP

PAISAGENS E PATRIMÓNIOS NO CONCELHO DE LOURES: REFLEXÕES SOBRE UMA EXPERIÊNCIA DE COMUNICAÇÃO EM ARQUEOLOGIA, PATRIMÓNIO E HISTÓRIA LOCAL

Florbela Estêvão¹

RESUMO

A mediação cultural é muito importante, nomeadamente ao nível local, digamos, autárquico. É um tópico democrático fundamental. Porque, se o que hoje designamos “cultura” é uma realidade abrangente, que arrasta atrás de si todos os valores, o mediador é a pessoa que faz a ponte entre certo conhecimento e aqueles que o procuram obter. É uma questão de transmissão viva, entre pessoas, de experiência adquirida. Não se trata só de descodificar saberes, mas sobretudo de “educar” no seu sentido mais profundo, inculcando nas pessoas o gosto, prazer e hábito do conhecimento, nomeadamente do relativo aos valores geograficamente próximos. Esta comunicação procura refletir sobre essa experiência no âmbito da arqueologia, da história e do património local. **Palavras-chave:** Arqueologia, Património, História local, Mediação, Loures.

ABSTRACT

Cultural mediation is very important, particularly at the local, say, municipal level. It is a fundamental democratic topic. For if what we now call “culture” is a comprehensive reality, which draws all values behind it, the mediator is the person who bridges the gap between certain knowledge and those who seek it. It is a matter of living transmission of acquired experience between people. It is not only a question of decoding knowledge, but above all of “educating” in its deepest sense, inculcating in people the taste, pleasure and habit of knowledge, especially that of geographically close values. This communication seeks to reflect on this experience in the field of archeology, history and local heritage.

Keywords: Archaeology, Heritage, Local history, Mediation, Loures.

Desde o início dos anos 90, por motivos profissionais (técnica da área da Cultura da Câmara Municipal de Loures) mas também por interesse pessoal, articulado naturalmente com o de várias equipas em que me integro, tenho desenvolvido um trabalho de investigação e de divulgação no âmbito do património arqueológico e histórico da região de Loures, não descurando o seu enquadramento geográfico-paisagístico. Trata-se de um exercício de estudo e de mediação de questões de história local de uma área vizinha de Lisboa, na longa diacronia, que vai do Paleolítico até às Guerras Peninsulares do início do século XIX e, mesmo, até aos tempos atuais.

Esta comunicação visa refletir sobre essa experiência de duas décadas e meia, com enfoque na vertente de mediação, realizada para os mais diferentes destinatários, o que implica uma articulação entre os recursos possíveis, as características dos diferentes grupos, e o objeto de mediação. Na verdade, e apenas a título de exemplos, essa mediação tem incidido sobre jovens em ocupações temporárias de tempos livres; em visitantes de sítios e de exposições, pertencentes a todos os escalões etários; em experiências de ensino, nomeadamente para seniores, ligadas à Academia dos Saberes de Loures, e, mesmo, na colaboração regular na imprensa local, etc.

1. Instituto de História Contemporânea da FCSH da UNL; floresteva07@gmail.com

O que apenas pretendo transmitir aqui, de forma sumária, são as linhas gerais dessa experiência, nas suas dificuldades e naquilo que ela tem conseguido de positivo, problematizando metodologias e modelos de transmissão de conhecimentos.

Em todo este processo há que considerar múltiplos aspetos que evidentemente se articulam entre si, em rede, valendo a pena repensar como é que à escala local se pode desenvolver uma tarefa de divulgação e de autêntica democratização em torno de problemas da arqueologia, do património e em geral da história que, efetivamente, “falem a todas as pessoas”. Na verdade, é voz corrente que um dos aspetos em que o nosso país evoluiu mais favoravelmente após o 25 de abril de 1974 foi o do poder local, por um lado, e o do aumento dos graus de escolarização e do acesso à “cultura”, por outro.

Mas também do conhecimento geral que o próprio “atraso” geral em que se encontrava Portugal naquela altura tornou urgentes muitos aspetos básicos da vida social, como sejam as infraestruturas fundamentais de uma vivência urbana, que foi necessário construir. Ao longo de vicissitudes que se conhecem, o país transformou-se, muitas vezes de acordo com fatores que escaparam, pela sua natureza, às forças locais, mau grado todo o planeamento feito. Uns, porque são responsabilidade do poder central, como as grandes vias de comunicação rodoviária, outros, porque são fenómenos sociais praticamente incontroláveis, que já vinham de trás, como a construção clandestina, por efeito da gentrificação dos centros urbanos e da “expulsão” de grandes massas de gente para a periferia, especialmente nas décadas de 50-70 do século passado.

Esses e muitos outros fenómenos têm evidente efeito nos valores patrimoniais, quer paisagísticos, quer histórico-culturais, dos subúrbios. Implicam ritmos de transformação, e, portanto, também destruições de valor, que ultrapassam qualquer planeamento local (Domingues, 2011). Tudo isto constitui uma história muito complexa, e diversificada, porque os processos de modernização do país não tiveram o mesmo impacto em toda a parte: cada caso é um caso, evidentemente, consoante as regiões do país, as disponibilidades económicas de cada região e local, os programas e sua efetiva concretização no terreno, etc., etc.

Obviamente que qualquer “mexida” no território, quer rural, quer urbano, tem consequências patrimoniais (no sentido de património público, isto é,

de valores culturais destinados, em princípio, a serem conservados, valorizados, e potencialmente fruídos pela totalidade da população), umas positivas, outras negativas. Não é possível modernizar sem destruir, competindo à população e aos responsáveis decisores ponderar, em cada caso, uma possibilidade de compatibilização entre forças e interesses contraditórios.

Ao mesmo tempo, a melhoria das condições de vida e o aumento dos graus de escolaridade traz consigo novas exigências na ocupação de tempos livres, nas quais a história, as tradições (mais ou menos reais ou inventadas), a qualidade do meio-ambiente, os espaços de lazer, etc., têm cada vez maior importância, sendo que as pessoas cada vez mais interiorizam como seus direitos de cidadania o terem acesso a bens que, anteriormente, lhes estavam vedados. É todo um mundo mental e vivencial dinâmico, que se vai transformando.

A introdução, por vezes algo repentina, da sociedade de consumo em Portugal – nomeadamente ao longo da década de 90 do século passado – com grandes superfícies comerciais que passaram a ser locais de vivência coletiva, associada ao crédito concedido pela banca às classes médias, com o endividamento inerente, mudou muito a vida das pessoas e dos seus valores e formas de lazer. O acesso ao conforto – casa, carro, equipamentos de vários tipos, férias, etc. – se por um lado foram positivos, introduzindo maior bem-estar material, nem sempre se acompanharam de maior procura ou desenvolvimento cultural. Criou-se sobretudo, isso sim, o desejo de fruição hedonística de bens que eram novos para muitas pessoas, saídas ou herdeiras de uma ditadura de décadas, que tinha isolado o país desse desenvolvimento capitalista, agora atraente para os que a ele podiam pela primeira vez aceder (Lash, 2010).

Como sabemos, a crise geral de 2007-2008, que continua, interrompeu esse ciclo um tanto “delirante” de existência hedonista, que não deixou todavia de marcar as pessoas, e principalmente os jovens, nomeadamente os que nunca conheceram o regime anterior que nos dominou e atrasou. De forma que Portugal passou, em poucas décadas, de uma pré-modernidade e uma pós-modernidade, e recentemente a um período de alguma instabilidade, inserido como está num mundo capitalista globalizado, de teor neoliberal.

Por outro lado, Portugal está integrado na União Europeia, para a qual foram transferidas muitas com-

petências antes assumidas pelo Estado nacional, tendo-se visto sujeito, nos últimos anos, a constrangimentos – designados “crise” – da finança internacional, representada pela famosa “troika” que nos impôs uma dívida e um ambiente de acentuada austeridade que em muito estancou o desenvolvimento do país. Assistimos ao mesmo tempo, devido à insegurança internacional que afasta muitos europeus mais ricos de destinos exóticos tradicionais, a um fluxo turístico avassalador, facilitado também pelos “voos *low cost*”, que se traz dinheiro para Portugal, está a transformar os centros de algumas das nossas cidades de forma muito profunda. E por vezes preocupante.

Esta trajetória, aqui esboçada em grandes linhas, todas bem conhecidas, não facilitou a vida às autarquias locais, confrontadas com um crescendo de responsabilidades, e sobretudo criou assimetrias enormes, quer entre o litoral (onde se acumula a maior parte da população) e o interior, quer entre os municípios mais ricos (mais gente, mais obras, mais turistas, etc.) e aqueles mais pobres, sendo que não existe uma terceira instância em Portugal, de nível regional, entre uma malha autárquica heterogénea e um Estado por vezes demasiado centralizado na capital. É certo que se criaram no país instâncias intermédias, e para além dos dois grandes polos de Lisboa e Porto, hoje procurados por empresários de todo o mundo (tal como tantas empresas antes portuguesas, públicas ou privadas), se verificou – para além de Coimbra, Setúbal, Évora ou Faro, sempre importantes – o desenvolvimento de cidades médias, muitas delas com instituições universitárias ou afins, como por exemplo Chaves, Braga, Viseu, Vila Real (de Trás-os-Montes), etc., etc. Mas a desertificação humana do interior foi-se acentuando, apesar do desenvolvimento das estradas (certamente exagerado, porque em detrimento da solução ferroviária), que aquando do 25 de abril de 1974 praticamente não existiam, criando uma situação talvez única na Europa, de circulação penosa num país pequeno, e na altura em grande parte arcaico.

A arqueologia portuguesa, quer ao nível geral, quer ao nível local, não podia deixar de refletir toda esta complexa história, no espaço e no tempo. Ao nível geral, e no rescaldo do único património arqueológico português classificado pela Unesco como património mundial (complexo de gravuras do vale do Côa), foi criado nos anos 90 um Instituto próprio, que não teve vida longa. Na verdade, a arqueologia

sempre esteve dependente de instâncias administrativas patrimoniais mais amplas, que foram mudando de nome, como IPPC, IPPAR, IGESPAR, DGPC... nas quais tem um papel muito diminuto.

Ao nível local, também foram criados gabinetes ou áreas próprias de arqueologia em diversas autarquias, mas mais ou menos rapidamente a escassez de meios para fazer face a trabalhos de pesquisa longos e dispendiosos, e a necessidade de acorrer a outras urgências, retiraram grande parte da capacidade operacional a tais unidades. De modo que hoje em dia a maior parte da arqueologia que se realiza no nosso país é fruto de empresas, obrigadas por lei a tais trabalhos, ou então do investimento individual, por via do sistema de Bolonha, que leva muitas pessoas ao esforço pessoal de obtenção de pós-graduações universitárias, com todas as limitações que daí decorrem.

O número de sítios arqueológicos que se destruíram em Portugal nas últimas décadas, por via do “desenvolvimento”, e da falta de arqueologia preventiva, é avassalador. E mesmo a situação daqueles que se estudaram, se conservam, e estão disponíveis para a visita pública, é em muitos casos precária. Porque a arqueologia, e em geral o património histórico que não está nos grandes circuitos turísticos e tem avultadas entradas de bilheteira, é muito difícil de manter e conservar.

E aqui voltamos a um problema geral: o da educação da população no seu sentido mais amplo, que é um dever constitucional, e as formas de vivência que a população (residente ou de passagem) busca para ocupação dos seus tempos livres. Essa ocupação é essencialmente hedonista? Se o é, e com a diversidade de atrações que existem nos grandes centros, e a relativa facilidade de deslocação, a dita população, se puder, escolhe “consumos culturais” ou de lazer que lhe oferecem prazer imediato, em detrimento daqueles que lhe exigem alguma documentação ou esforço.

Numa sociedade muito burocratizada, complexa, pouco “amiga” das pessoas, quando não, mesmo, agressiva, aquelas procuram compreensivelmente refúgios fora das suas ocupações obrigatórias (escola ou emprego, quando o há), refúgios que lhes permitam uma leveza de compensação, e não um “peso” muitas vezes associado à cultura mais “erudita”. Na verdade a sociedade contemporânea vive numa constante ansiedade, numa aceleração, numa fragmentação que dispersa a atenção do sujeito, existe

um déficit de atenção e uma busca constante por experiências e objetos de consumo (Virillo, 2000). Essa situação não pode deixar de preocupar uma consciência democrática, ou seja, aquela que, de facto, se move por um desejo de partilha, potencialmente entre todos, dos “produtos culturais” de melhor qualidade, quer se realizem a nível central, das grandes cidades, quer a nível local. E aqui entra um fator importante da experiência de qualquer mediador local: a questão afetiva da identidade, das raízes, dos elementos de proximidade. Se devidamente motivadas, as pessoas são atraídas pelo conhecimento ou reconhecimento (relacionado com a memória) de realidades locais que tocam na sua experiência pessoal. E nesse aspeto é muito importante a atitude do(a) mediador(a), dando voz aos visitantes, deixando-os exprimirem-se, fazerem perguntas, porem questões, falarem das duas experiências biográficas. Isto é essencial. Tem de criar um ambiente de disponibilidade para o outro, para o visitante, ambiente esse que medeia, por exemplo, entre os objetos de uma exposição, ou um filme que se pode mostrar, ou um monumento que se vai visitar, e a curiosidade das pessoas. Tem de haver uma corrente de identificação entre estas e o que está a ser exposto.

Isso é um aspeto fundamental, porque o património, se entendido pelo visitante como algo muito cerimonial, encenado, longínquo, pode suscitar momentâneo respeito, mas não cativa emocionalmente. Ora, estamos numa sociedade muito sentimentalizada, habituada aos programas em direto da TV, na ilusão de que não há mediação, mas acesso direto ao evento, à coisa em si, ao espetáculo (Debord, 1991). Nestes termos, quer o público seja jovem, quer seja de certa idade, ele precisa de se sentir bem no local visitado, e a experiência proporcionada tem de ter também uma componente de convívio e de descoberta mútua, e não no sentido de imposição de um discurso magistral. Este afasta as pessoas, porque estamos numa sociedade muito horizontal em termos vivenciais e mesmo ideológicos, em que já não é a autoridade de quem fala ou do que se vê que capta a atenção, mas a existência de afetividades partilhadas, mesmo que tenham uma componente de (hábil) encenação (no sentido mais nobre do termo). É como num teatro, de facto: ou o público se identifica com o que se está a passar no palco, ou então não há, realmente, acontecimento teatral. No património e na mediação cultural passa-se o mesmo.

A arqueologia, a museologia, os monumentos, as paisagens têm a vantagem de lidarem com realidades empíricas, visíveis, por vezes palpáveis, apelando a uma experiência sensitiva (caso em especial de todas as simples visitas ao ar livre), que podem constituir uma experiência, e, para os mais novos, uma “aventura”, mesmo, para além da aprendizagem que para estudantes, por exemplo, uma escavação arqueológica significa. Aprendizagem, neste caso, não apenas dos métodos da arqueologia em si, mas de todo um trabalho em equipa, que implica cumprimento de horários, vivência em comum, partilha, habituação do corpo a movimentos, esforços e condições climáticas diversas, etc. Essa disciplina é muitíssimo importante para qualquer atividade que o jovem venha a efetivamente exercer: tira-o da tendência para o fechamento em si, confronta-o com os outros e com tarefas que é preciso fazer segundo uma determinada ordem coletiva, habitua-o a um certo despaisamento e desconforto de uma experiência diferente do seu quotidiano habitual.

Quando existia a possibilidade de integrar jovens em programas de trabalho em arqueologia (sobretudo prospeções no concelho) do sistema OTL (Ocupação de Tempos Livres) – que decorreram principalmente nos anos 90 do século passado – essa experiência tornou-se muito produtiva e mutuamente enriquecedora. Foi também para mim pessoalmente muito interessante, pela revelação, numa paisagem em mosaico como é a do concelho de Loures (o rural e o urbano, o antigo e o moderno imbricam-se em toda a parte) de muitos elementos da pré-história, da época romana e medieval, etc., que até então desconhecia. Foi possível realizar abundantes prospeções, e escavações em alguns locais arqueológicos, como antas, povoados, monumentos diversos, contribuindo, com outros colegas, para a carta arqueológica concelhia, e enriquecendo um depósito de materiais, instalado no Museu Municipal (Quinta do Conventinho) que tem servido a diversos investigadores. Nele está instalado também o Centro de Documentação Anselmo Braamcamp Freire, para permitir, a todos os que se interessam por história local, ou precisam de realizar trabalhos académicos, fazê-los a partir de um relativamente vasto material consultável.

Posteriormente, já no presente século, e em articulação com outras cinco autarquias, a Câmara de Loures integrou a PILT – Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres – a qual viria depois

a forjar um projeto comum – a Rota Histórica das Linhas de Torres (RHLT), o qual beneficiou de uma fase (2007-2010) cofinanciada por fundos europeus (MFEE – Grants – Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu). Isso permitiu a realização de escavações e posterior restauro e valorização de alguns sítios - fortificações de campo que integravam as mais exteriores (1ª e 2ª) daquelas Linhas, concebidas como uma barreira, que ia do Atlântico a oeste, ao Tejo, a leste, para defesa da cidade de Lisboa relativamente à terceira invasão francesa, no início do século XIX (1809-1810).

A RHLT é hoje uma associação intermunicipal, e as fortificações que foram alvo de estudos e valorização são frequentemente visitadas por diferentes grupos, de todas as classes etárias, interesses e proveniências. O mesmo acontece com a passagem das pessoas pelos Centros Interpretativos (um em cada concelho), que são também espaços mediadores, contendo documentação audiovisual e outra, complementada pela explicação de pessoas competentes para o efeito. O de Loures situa-se em Bucelas, integrado no edifício do Museu do Vinho, e os fortes mais visitados no concelho são os da Ajuda Grande, do Arpim, de Ribas, do Mosqueiro, de Montachique. Fazem hoje parte da paisagem patrimonial da região (Estêvão, 2013).

Por outro lado, e paralelamente, têm-se realizado publicações, como um Guia dos vários circuitos possíveis entre fortes, por forma a facilitar a visita, mesmo não acompanhada, dos interessados.

E, para especialistas, mas abertos a todas as pessoas, têm-se realizado colóquios sobre as guerras peninsulares, as Linhas de Torres em particular, e mais concretamente, até, sobre a respetiva problemática arqueológica e museológica (no concelho de Loures, um primeiro na sede do concelho em 2014 e um segundo em Bucelas em 2016).

Ou seja, tem-se procurado, por todas as vias ao nosso alcance, tornar público, e do público, um património que é único em Portugal e que se relaciona intrinsecamente com questões da nossa posição geoestratégica face à Europa, não só como ela se colocava nos inícios do século XIX, em que Portugal se viu emparedado entre duas grandes potências lutando pela hegemonia (França e Inglaterra), mas em todos os tempos, incluindo a atualidade.

Não se trata, obviamente, de ver Portugal-nação como uma realidade a-histórica, mas comparar várias épocas para se verificar o que possa haver de

comum, e de diferente, em cada momento, por parte de um país de pequena extensão, que cedo ficou situado entre a Europa (em geral constituída por países mais poderosos) e o perigoso mar, onde estabeleceu uma rede de contactos e de comércio. Nesse sentido, uma certa “fragilidade” de Portugal, particularmente nítida em 1807, com a “fuga” da corte (e de numeroso património) para o Brasil (caso único na história europeia), nota-se também em muitas outras fases da sua história.

Uma outra forma de mediação que me tem sido proporcionada é através do jornal mensal “Notícias de Loures”, no qual assino a rubrica “Paisagens e Patrimónios”. Aí tenho intercalado alguns textos mais gerais, explicitando conceitos, com outros (a maioria) descritivos de aspetos do património histórico e paisagístico do concelho, no seu sentido mais alargado. Só para dar um exemplo, o tema que abordei no número de junho de 2017 foi o da identidade.

Trata-se sempre, em cada uma destas ocasiões em que se contacta com um público alargado, direta ou indiretamente, de tentar expor as nossas ideias o mais exatamente e, ao mesmo tempo, o mais simplesmente possível... esse é, como é sabido, um equilíbrio muito difícil, mas o desafio é muito estimulante. É esse o desafio do mediador: conseguir, sem defraudar os temas nem os auditores, ou interlocutores, passar uma mensagem que os leve a quererem saber mais por si mesmos...

Temos também realizado na Câmara de Loures uma série de debates interdisciplinares, abertos a todos, gratuitos, sob a designação geral de “Tempos de Crepúsculo – quando a coruja de Minerva finalmente levanta voo”. Estão a decorrer em 2017 na sua terceira edição, sob a tema geral “Afinal Para Que Serve a História?”. São gravados em vídeo e devidamente publicados, o que permite atingir centenas de pessoas; mas, na verdade, o que se pretende é, após umas intervenções iniciais de oradores convidados, em ambiente de “mesa-redonda”, que todos os interessados possam, se o desejarem, intervir, cortando com o hábito das conferências “magistrais”, seguidas apenas de algumas perguntas, o que inibe muitas pessoas de participar.

O mesmo princípio me tem inspirado a colaborar com a Academia dos Saberes de Loures (Universidade Sénior), primeiro através de uma disciplina designada “As Guerras Napoleónicas no seu Contexto Europeu”, e mais recentemente numa outra intitulada “Património e História Local» (esta última com

mais aderentes do que a primeira, pelo seu teor mais geral, e talvez também pelo tema cativar um maior número de pessoas, interessadas em conhecer o passado da região em que vivem).

E assim, tanto a nível profissional, como nos meus tempos livres (nem sempre suficientes para realizar o que desejaria como investigadora do Instituto de História Contemporânea, o que muito me honra), tenho tentado sair da rotina e fazer experiências de mediação cultural, cujo tema penso incluir-se bem neste Congresso da AAP, entidade que, para além do incentivo à investigação arqueológica, tem também sabido ser, no centro da cidade de Lisboa, um polo de divulgação da arqueologia, dando continuidade a uma já longa história.

Quanto a Loures, julgo que posso falar não só a título pessoal, mas também em nome dos meus colegas: estaremos ali sempre à vossa disposição para colaborar, ou para ajudar nos vossos estudos sobre esta grande área metropolitana de Lisboa, em que nos inserimos (Figura 1).

BIBLIOGRAFIA

BAUDRILLARD, Jean – *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 1975.

BAUMAN, Zygmunt – *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

DEBORD, Guy – *A sociedade do espetáculo*. Lisboa: Mobilis in Mobile, 1991.

DOMINGUES, Álvaro – *Vida no campo*. Porto: Dafne Editora, 2011.

ESTÊVÃO, Florbela – *Transformações de uma paisagem: sistema defensivo das Linhas de Torres e sua musealização*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciência e Técnicas do Património. Porto: Repositório da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013.

ESTÊVÃO, Florbela – *A propósito do significado da musealização do meio-ambiente como património paisagístico: algumas reflexões críticas*. Ensaio e Práticas em Museologia. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, DCTP, Vol. 4 (2015), p. 8-20.

ESTÊVÃO, Florbela – Linhas de Torres como paisagens culturais? Algumas reflexões sobre um projeto contemporâneo de patrimonialização. *Boletim ICOM Portugal*. Lisboa: ICOM, Série III, N.º 6 (Maio de 2016), p. 9-13.

GUILLAUME, Marc – *A política do património*. Porto: Campo das Letras, 2003.

JORGE, Vítor Oliveira – *Hedonismo, turismo, cultura light: “fique bem” na era do “capitalismo” desorganizado, Fragmentos, memórias e Incisões. Novos contributos para pensar a arqueologia como um domínio da cultura*. Lisboa: Edições Colibri/IELT, 2006, p. 109-188.

LASH, Scott – *Intensive culture: social theory, religion & contemporary capitalism*. London: Sage Publications, 2010.

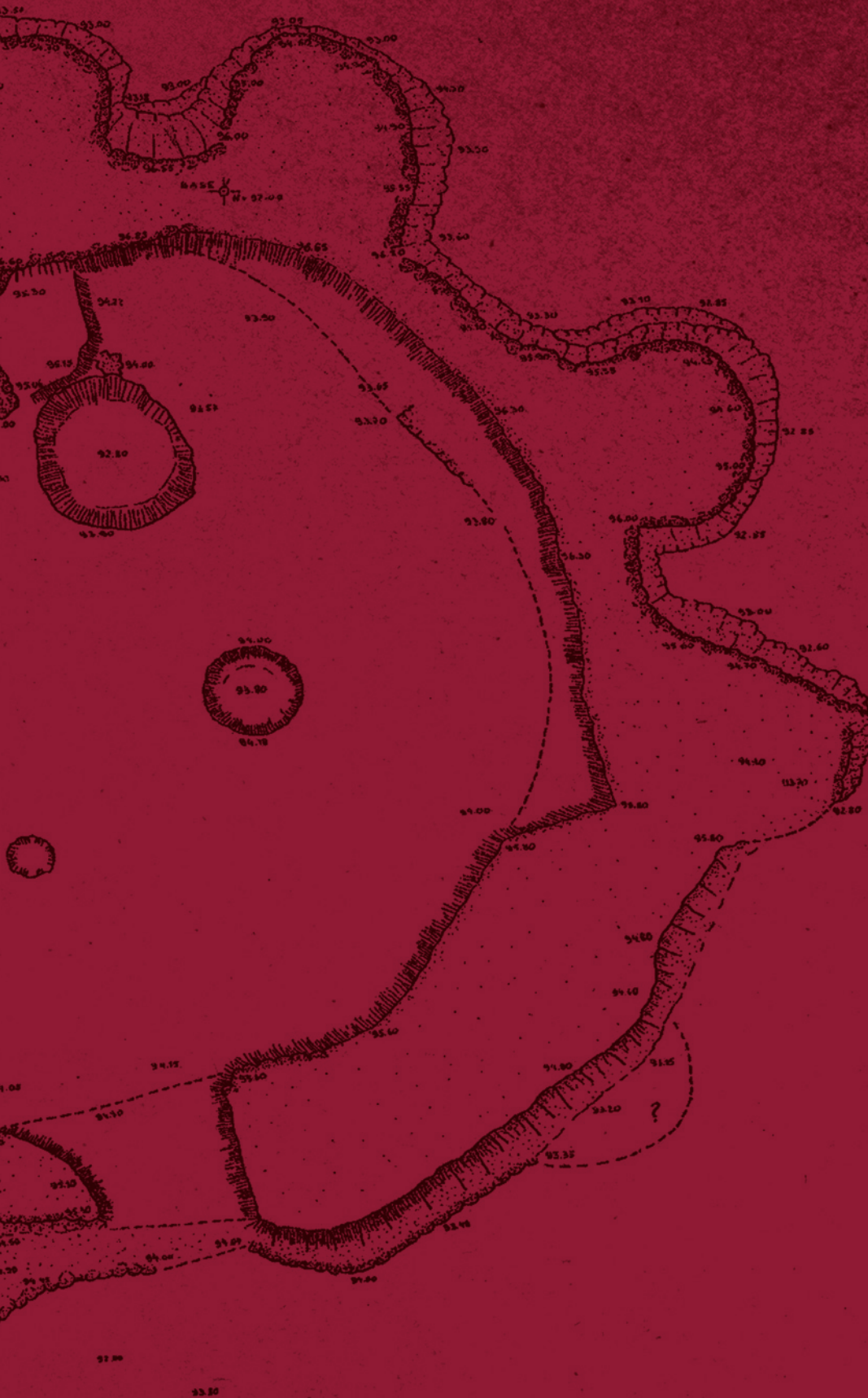
URRY, John – *Mobilities*. Cambridge: Polity Press, 2007.

VIRILLO, Paul – *Velocidade de libertação*. Lisboa: Relógio d'Água, 2000.

WALSH, Kevin – *The Representation of the Past. Museums and heritage in the post-modern world*. London: Routledge, 1992.



Figura 1 – Visita guiada ao Forte da Ajuda Grande inserida no II Encontro sobre Arqueologia e Museologia das Guerras Peninsulares, em 21 de outubro 2016.



Patrocinador oficial